Maria Emília Prado
Professora do Departamento de História
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Joaquim Nabuco e um Novo Olhar sobre a Nação

O período atual, porém, não é de conservação, é de reforma, tão extensa, tão larga e tão profunda, que se possa chamar Revolução; de uma reforma que tire este povo do subterrâneo escuro da escravidão onde ele viveu sempre, e lhe faça ver a luz do século XIX. Sabeis que reforma é essa? É preciso dizê-lo com a maior franqueza: é uma lei de abolição que seja também uma lei agrária.

Joaquim Nabuco, *Campanha abolicionista no Recife*, 1884, p. 47.

Para que possamos melhor compreender e analisar as idéias e conceitos expressos por um pensador, faz-se necessário a realização de um esforço no sentido de conhecer o meio em que este viveu e as influências recebidas nos anos correspondentes à sua formação. Esse procedimento é importante na medida em que as reflexões de um autor mantêm estreita relação não apenas com as questões que integram o tempo histórico em que ele as produziu, mas se encontram imbuídas do seu modo de conceber a vida, o qual guarda íntima vinculação com os valores recebidos no período de sua formação.[1] Nesse sentido há que se destacar em Joaquim Nabuco dois pontos, a nosso ver fundamentais: a figura paterna e a infância vivida no engenho Massangana, em Pernambuco.

O menino Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu no Recife a 19 de agosto de 1849, filho de José Tomás Nabuco de Araújo e de Ana Barreto Nabuco de Araújo. Logo a seguir, deu-se a eleição de seu pai para a Câmara dos Deputados, onde tomou assento em janeiro de 1850. Isso implicou a mudança dos pais para o Rio de Janeiro e diante desse acontecimento o menino foi entregue aos cuidados de seus padrinhos, Ana Rosa Falcão Carvalho e Joaquim Aurélio de Carvalho. Tendo Ana Rosa enviuvado logo a seguir, coube a ela a tarefa de cuidar da educação de Joaquim Nabuco. Foi, portanto, nas terras do engenho Massangana que o menino cresceu, influenciado pelo catolicismo a ele transmitido pela madrinha; pela paisagem dos canaviais; o ruído dos carros de bois; o cheiro das tachas em que se cozia o mel; o rio que atravessava o engenho e que lhe servira para os banhos e as brincadeiras da infância; a pescaria e o pôr do sol. Essas impressões dos primeiros anos o acompanhariam por toda a vida, onde quer que fosse, levando dentro de si as sensações do menino que um dia fora. Nesses primeiros anos da infância teve ele contato com o modo como se organizava a vida social no Brasil. Sobre essas impressões que a escravidão deixara em seu espírito infantil, relataria mais tarde em sua autobiografia:

> A população do pequeno domínio, inteiramente fechado a qualquer ingerência de fora, como todos os outros feudos da escravidão, compunha-se de escravos, distribuídos pelos compartimentos da senzala, o grande pombal negro ao lado da casa de morada, e de rendeiros, ligados aos proprietários pelo benefício da casa de barro que os agasalhava ou da pequena cultura que lhes consentiam em suas terras. No centro do pequeno cantão de escravos levantava-se a residência do senhor.[2]

O contato com o significado da escravidão dera-se, dessa maneira, naqueles primeiros anos da infância e definiu-se o peso que essa questão teria em sua vida futura. Anos mais tarde, reconheceria que nenhuma das suas posteriores leituras extraídas da história, da ciência ou da religião conseguiram suplantar a lembrança da cena que vivenciara, ainda menino no engenho Massangana.

> Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida...[3]

Por certo que esses episódios da infância marcariam o menino de modo absolutamente instintivo, mas é preciso não desconsiderar o papel que essas primeiras observações tiveram na constituição

das inquietações que moldaram o espírito do homem público que se tornaria mais tarde. Tendo sido um menino de engenho e podendo apenas usufruir das benesses que a situação lhe proporcionava buscara, no entanto, observar detalhadamente o mundo ao qual pertencia, atentando para suas características, percebendo-o de modo arguto, crítico e munido de uma sensibilidade ímpar, que lhe permitiria penetrar no âmago das relações sociais daquele Brasil de oitocentos. Dessa maneira, foi-lhe possível reconhecer como a escravidão era a característica mais marcante e definitiva do modo como se organizava a vida no Brasil; ela significava algo infinitamente maior, do que apenas uma forma de organização do trabalho que permitia ao senhor acumular riquezas.

A morte da madrinha colocara um ponto final na presença do menino Quincas em Massangana. Tinha por essa ocasião a idade de oito anos e, um mês e meio após aquela triste noite em que a madrinha foi velada, enviara o pai um amigo a Pernambuco com a tarefa de buscar o menino e levá-lo para o Rio de Janeiro.

Fora apenas em 1857 que o menino Joaquim Nabuco encontraria o pai pela primeira vez. Por esse momento, o conselheiro Nabuco de Araújo estava deixando o Ministério da Justiça, no gabinete Paraná–Caxias (1853-57), conhecido como Ministério da Conciliação. Em 1860, a família mudou-se do Catete para a praia do Flamengo, onde o senador residiria até sua morte. Nesta casa construída nos tempos da Colônia, Joaquim Nabuco pôde terminar sua formação familiar. Convivera com o pai e, além das preleções diárias que este realizava, beneficiara-se também de toda aquela atmosfera política e intelectual que caracterizava a casa do senador Nabuco de Araújo.[4]

No Rio de Janeiro, o menino foi matriculado no Imperial Colégio D. Pedro II e lá completou seus estudos, indo a seguir para São Paulo a fim de ingressar na Faculdade de Direito do largo de São Francisco. Corria então o ano de 1866 e Joaquim Nabuco não podia mesmo deixar de ser, como ele própria nos narra, "um estudante liberal".[5] O jovem Nabuco se dedicaria juntamente com outros colegas da academia às atividades jornalísticas e assim, já no segundo ano da faculdade, fundaria um jornal destinado a atacar o Ministério Zacarias, a quem seu pai fornecia apoio. Datam dessa época suas atitudes de independência e por vezes de rebeldia diante do pai.

Integrando o que ficou conhecido como a 'geração de 1870', Joaquim Nabuco teria por colegas de turma, em São Paulo, Castro Alves e Rui Barbosa. Os anos da academia corresponderam ao momento em que seu espírito se deixou seduzir pelas mais diversas impressões. Oscilando entre a monarquia e a república, deixara-se influenciar em profundidade pela experiência francesa. O ano de 1866, por exemplo, fora todo dedicado à leitura dos clássicos da Revolução Francesa:

Lamartine, Thiers, Mignet, Louis Blanc, Quinet, Mirabeau, Vergniaud e os girondinos. Leria também Donoso Cortez e Joseph de Maistre. Por essa época, a influência literária que mais fortemente tocava seu espírito era a de Renan. Era o tempo em que a Faculdade de Direito do largo de São Francisco achava-se dominada pelos discursos pronunciados por José Bonifácio, o segundo. Ferreira de Meneses era o chefe literário da mocidade, apesar de já então ter colado o grau de bacharel.

Em 1867, o jovem Nabuco então com 18 anos integrava uma geração acadêmica toda feita de rebeldias, anseios, polêmicas, controvérsias. O materialismo dos enciclopedistas, a presença ainda marcante do ecletismo de Victor Cousin, baseado num espiritualismo que buscava conciliar as idéias de Descartes, Kant e do Iluminismo escocês.

A influência decisiva que seu espírito receberia adveio de Bagehot, por meio da obra em que este comentava a Constituição inglesa. Encontrou esse livro entre as novidades da Livraria Lailhacar, no Recife, e em razão dessa leitura pôde concluir que coube à Inglaterra elaborar o modelo político mais perfeito, do qual Nabuco tornou-se um admirador.

Data desse tempo de estudante a primeira obra escrita por Nabuco analisando o sentido e o significado da escravidão. Iniciada em 1869 e planejada para conter três partes, o então acadêmico deixou-a inacabada. Na maturidade Nabuco não se ocupou com a obra, uma vez que dedicou à biografia de seu pai seus anos de mais intensa atividade intelectual. A análise esboçada em *A escravidão* revelava uma acuidade ímpar e, além de traçar a trajetória da escravidão moderna, é em si mesma uma brilhante contribuição acerca do papel representado pelo tráfico para a manutenção da escravidão dos modernos. Iniciou Joaquim Nabuco esse texto quando retornara ao Recife para cursar o quarto ano de direito. Ao cursar em 1870 o quinto ano, daria por encerrada a escrita da obra, mas o plano inicial não chegou a ser cumprido. Não tendo terminado a terceira parte, tampouco cuidou de levá-la a público. Seria apenas em 1924 que sua viúva, Evelina Nabuco, doaria ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o manuscrito que foi afinal publicado em 1949.

Programada para conter três partes, denominadas o crime, a história do crime e a reparação do crime, apenas as duas primeiras, como já dissemos, foram realmente escritas. Na primeira parte, Joaquim Nabuco iniciava suas considerações sobre a influência da escravidão na sociedade, afirmando que ela "degradou vários povos modernos, a ponto de torná-los paralelos a povos corrompidos que passaram".[6] Advertia o quanto a escravidão se constituía num empecilho para que um país pudesse se construir como uma sociedade moderna, já que impedia o "desenvolvimento das artes, letras, ciências, governos e povos, em uma palavra: o pro-

gresso".[7] Alertava ainda para o fato de que a escravidão violava os direitos naturais, afetando a moral, o trabalho, a propriedade, a virtude e a família. Colocava-se frontalmente contra a posição da Igreja que assumira uma postura bastante dúbia no tocante à escravidão. [8]

Dentro dessa ótica, procurava advertir que a escravidão impedia a vigência do direito natural à liberdade e por extensão inviabilizava o acesso à propriedade, uma vez que os escravos se encontravam impossibilitados de serem possuidores de seus próprios corpos. Por fim, dedicou longos parágrafos buscando demonstrar como a escravidão corrompia a religião, visto que se tornava a negação do cristianismo.[9]

A segunda parte intitulava-se a "História do crime". Discorria então Nabuco sobre o mundo antigo, abordando a escravidão na Grécia e em Roma. No tocante à escravidão dos modernos, detivera-se na análise do tráfico, afirmando que "a escravidão moderna teve por origem o tráfico de negros".[10] Percebia o comércio de escravos como fruto da "ganância em sua corrente contagiosa" que fez "perverter por luxo os próprios governos negros, e estes de parceria com os enviados europeus e americanos condenando anualmente milhares de compatriotas, que os estrangeiros resgatavam para o cativeiro".[11]

A análise que Nabuco realizara nessas poucas páginas possuía uma lucidez ímpar. A questão do papel do tráfico na escravidão dos modernos, somente décadas mais tarde seria objeto de atenção e análise por parte dos historiadores.[12]

Prosseguia alertando que os países colo-

Ex-escravos. Maurício Lamberg, *O Brasil ilustrado com gravuras*, Rio de Janeiro, Editor Lombaerts, Tip. Nunes, 1896.

nizadores eram os responsáveis por estimularem a guerra entre os estados e grupos étnicos africanos, tudo isso com a finalidade única de aprisionar os negros para vendê-los aos traficantes, que graças a esse comércio fizeram enormes fortunas. Acusava a vigência dessa extrema desumanidade, representada pelo ato da escravização e pelas péssimas condições impostas à massa escrava. Esse comércio seria, no entanto, como advertira Joaquim Nabuco, a fonte principal a enriquecer traficantes, autoridades metropolitanas e os proprietários que iriam explorar o trabalho do africano.

Procurava advertir ainda que a escravidão, sendo contrária ao direito natural e se encontrando em conformidade com o direito positivo, desrespeitava a natureza humana, só podendo se efetivar mediante a utilização da força. Por fim, punha-se Nabuco a narrar as tentativas abolicionistas já vividas em nossa história, que apesar de terem malogrado mereciam ser referidas com destaque. Nesse sentido, evocava ação empreendida em Palmares, verdadeira legenda viva, verdadeira lenda para o povo de Pernambuco. Ressaltava o movimento de 1817 e o projeto de Bonifácio enviado à Assembléia Nacional Constituinte.

Em Joaquim Nabuco, as reflexões políticas tinham caráter eminentemente prático, pois ele foi, antes de tudo, um observador atento do seu tempo e das grandes questões que afetavam o mundo, em especial o Ocidente. Sua curiosidade intelectual era intensa e sua intervenção em questões políticas tinha a finalidade de demonstrar a necessidade de serem realizadas modificações profundas na sociedade e no Estado brasileiro. Adepto dos postulados liberais, acreditava ser possível aplicá-los a fim de promover uma transformação radical da realidade brasileira. Utilizou-se da palavra escrita (em jornais ou livros) e oral (na tribuna ou no palanque) com o objetivo de esclarecer e emocionar. Falava, dessa maneira, à razão e à emoção com o intuito de viabilizar as transformações. Interessava-se pelas questões pertinentes à organização política e administrativa do Estado, mas subordinava-as à reestruturação da sociedade.

Na política Joaquim Nabuco foi um apaixonado e muito mais que um reformador, foi um revolucionário. Interessava-o ver implantado no Brasil um sistema político moderno, dotado de instituições sólidas, porém democráticas. Objetivava não apenas o fim da escravidão, mas também a integração dos ex-escravos na condição de cidadãos ativos, detentores dos direitos de cidadania plena.

Em Joaquim Nabuco, a razão deveria ser um poderoso instrumento a ser utilizado de forma a possibilitar a construção de uma sociedade em que o Estado proporcionasse os meios indispensáveis para que a população pudesse ser integrada de modo justo. Assim, era fundamental que este Estado tivesse instituições políticas sólidas e democráticas capazes de

garantir o desenvolvimento econômico do país e o conseqüente crescimento da riqueza nacional.

Em 1879, iniciavam-se de modo sistemático suas atividades políticas, *strictu sensu*, porque em 1878 seria eleito, pela primeira vez, deputado. Informa-nos Nabuco que seu desejo mais íntimo era se dedicar à diplomacia, porém a morte de seu pai, ocorrida em março de 1878, levou-o a entrar na atividade político-partidária, atendendo à solicitação de sua mãe; o senador Nabuco de Araújo deixou assegurada a eleição do filho mediante acordo realizado com o barão de Vila Bela, chefe político de Pernambuco. Hesitava Nabuco em ingressar na política porque não se percebia como sendo

> o que se chama verdadeiramente um político, um espírito capaz de viver na pequena política e de dar aí o que tem de melhor. Em minha vida vivi muito da Política, com P grande, isto é, da política que é história (...) o meu interesse vai sempre para o ponto onde a ação do drama contemporâneo universal é mais complicada ou mais intensa.[13]

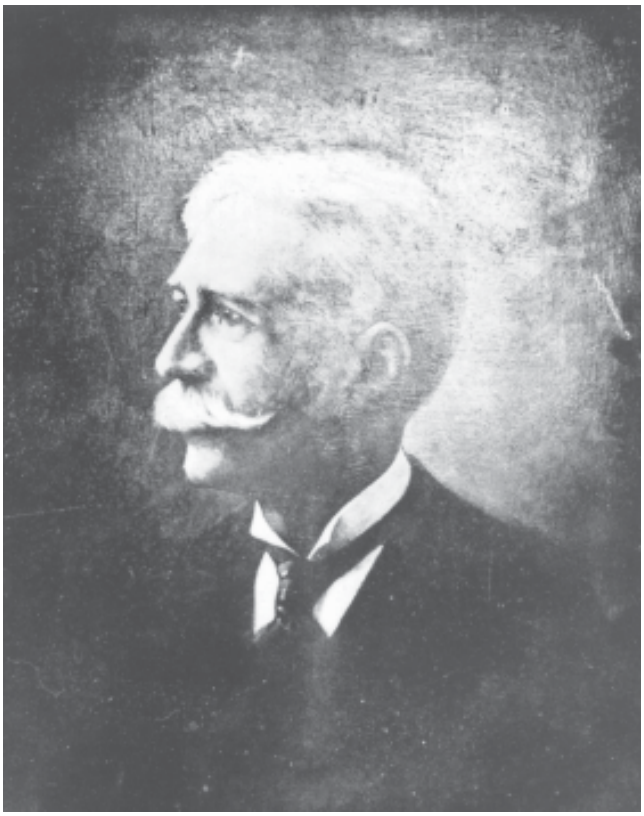
Mas, então o Brasil era o cenário de um dos grandes dramas que afetavam o mundo: a escravidão. Nessas circunstâncias possuía Nabuco uma razão para ingressar na política, objetivando por intermédio da ação parlamentar tornar possível o fim da escravidão. Assim, já nos primeiros meses de atividade parlamentar Nabuco principiava seu diagnóstico, apontando as mazelas da sociedade brasileira. A um só tempo buscava tornar a tribuna da Câmara um fórum privilegiado de ação. Nesse sentindo, orientou seus esforços para buscar convencer os deputados da necessidade de se enfrentar a questão do fim da escravidão. Igualmente, procurava abordar outras questões que considerava importantes, indicando as medidas por ele tidas como indispensáveis para que no Brasil existissem instituições adequadas a um país moderno.

Os deputados envolvidos na questão abolicionista não tiveram seus mandatos renovados na eleição de 1881. Dessa maneira, após a derrota eleitoral, Joaquim Nabuco se dirigiria a Londres onde trabalharia como correspondente do *Jornal do Comércio*. Redigiria ali, aquele que se constituiu no mais destacado libelo contra a escravidão, *O abolicionismo*.[14] Nessa obra, procurava Nabuco tornar a escravidão odiosa perante os próprios senhores de escravos. O livro se constituía, dessa maneira, como um instrumento de propaganda a favor da emancipação. Reafirmava suas declarações anteriores de que a escravidão podia ser considerada uma "escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores".[15] Definindo ser o abolicionismo a grande causa, recusava-se a vislumbrar o fim da escravidão ocorrendo por meio de uma luta que colocasse frente a frente senhores e escravos. Assim, Joaquim Nabuco se auto-intitulava possuidor do "mandato da raça negra", a ele destinado para que conduzisse a luta

em defesa da causa abolicionista.

Joaquim Nabuco se constitui num desses raros homens capazes de conjugar com a mesma intensidade a teoria e a práxis. Ao dedicar sua vida à luta para que o Brasil se tornasse uma nação política e economicamente moderna, realizaria uma análise profunda acerca dos obstáculos à implantação, no Brasil, dos postulados dessa modernidade. A um só tempo, elaboraria um projeto completo sobre as transformações indispensáveis para que isso fosse possível. Advertia que o país precisava ser constituído por uma população livre, conhecedora dos seus direitos e deveres; governada por um regime democrático, em que as questões mais importantes para a nação fossem discutidas por representantes eleitos pelos cidadãos que a compunham.

Nessas circunstâncias, advogava Nabuco que os cidadãos brasileiros para além da liberdade deveriam possuir todas as condições necessárias para desenvolverem suas potencialidades. Dispunha então que competia ao Estado resolver o problema da terra, mediante a realização de uma reforma agrária. Havia a necessidade de se elaborar e por em prática uma política educacional eficiente, além de uma política previdenciária destinada a propiciar dignas condições de vida aos idosos. Por fim, o trabalho fabril precisava ser valorizado, devendo-se incentivar o estabele-



Joaquim Nabuco. Óleo do professor Carlos Osvaldo. Arquivo Nacional.

cimento de indústrias. Antes de explicitarmos cada uma dessas reformas defendidas por Nabuco, acreditamos ser preciso fazer algumas considerações sobre o significado dessa modernidade e as razões pelas quais o Império do Brasil se encontrava tão distante dela.

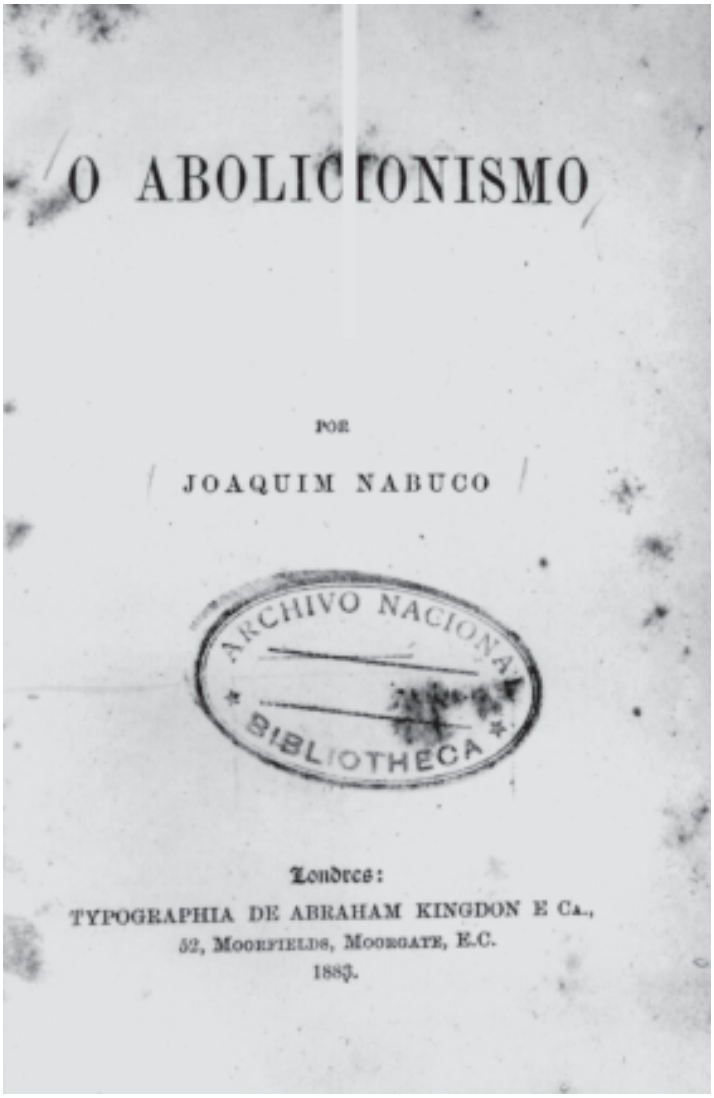
Modernidade é um conceito extremamente complexo, mas, em linhas gerais, podemos dizer que o mundo moderno se caracteriza pela presença de um pacto social diverso daquele que presidiu o medievo. A sociedade não era mais compreendida como sendo fruto da vontade de Deus e aos homens competia a organização do mundo em que viviam. Passava-se, dessa forma, a valorizar a capacidade do homem em construir a sua vida e se recusava a idéia de predestinação. Esse novo tempo foi inaugurado fundamentalmente por três eventos que podem ser considerados os marcos da modernidade: o Renascimento, a Reforma protestante e os Descobrimentos. Cada um contribuiu, a seu modo, para revolucionar o mundo. Ao se considerar inválidos valores como tradição e hierarquias e ao se valorizar o trabalho como o meio pelo qual o homem poderia se reconhecer como sendo um 'eleito de Deus', abria-se caminho para a contestação da permanência da escravidão. Os homens precisavam ser livres para empreenderem no mundo suas ações. Mais do que isso, a pouco e pouco, vai-se elaborando a teoria do direito natural à liberdade, até a formulação completa do axioma de que os homens nascem livres e iguais perante as leis. A liberdade era, portanto, condição básica para que os homens pudessem trabalhar e se tornarem empreendedores. Por outro lado, o trabalho propiciaria ganhos monetários que por sua vez seriam utilizados para aquisição de bens.

Os descobrimentos alargaram o horizonte cultural do homem europeu, na medida em que este teve contato com povos de cultura inteiramente diversa. Reforçava-se a postura dos renascentistas dispondo-se, cada vez mais, o homem como o centro das investigações científicas, artísticas e literárias. Por outro lado, o incremento das atividades econômicas propiciadas pela descoberta das novas terras contribuiu para o crescimento das atividades mercantis, bem como para o aumento da riqueza na Europa Ocidental. Em pouco mais de um século, o homem europeu passava a contrapor o direito à felicidade proporcionada pelos bens materiais ao ideário da comunidade cristã medieval e sua concepção de que o homem não devia valorizar os bens terrestres. Diante dessa nova forma de perceber a vida, a Ibéria permaneceu ligada e fiel ao catolicismo, à tradição e ao modo como o mundo estivera organizado ao longo da Idade Média. Em contrapartida, repetimos, encontramos na Europa Ocidental a negação dos valores da comunidade e a afirmação dos valores do individualismo.[16]

A colonização da América portuguesa se processou, portanto, dentro das bases

pertinentes a uma concepção de mundo hierarquizada, marcada pela vigência de toda sorte de privilégios. O mundo se dividia entre senhores escravos de tal maneira que mesmo os homens livres precisavam se colocar sob a proteção de um grande senhor que lhes concedia terras para plantação de gêneros destinados à subsistência, moradia e auxílios os mais diversos.[17]

O Estado que emergiu do processo de independência efetivado em 1822 instaurou-se tendo como base uma sociedade que preservava parte significativa do mundo colonial. O universo do trabalho estava organizado a partir de uma ordem escravista, preservando-se toda sorte de privilégios. Ocorre, porém, que o processo que levou ao rompimento dos laços coloniais foi efetuado sob a égide dos pressupostos liberais e isso era incompatível com a permanência de uma socie-


O ABOLICIONISMO

POR

JOAQUIM NABUCO

ARCHIVO NACIONAL
BIBLIOTHECA

Londres:
TYPOGRAPHIA DE ABRAHAM KINGDON E Ca.,
52, Moorfields, Moorgate, E.C.
1883.

dade marcada pela presença de privilégios e principalmente pela escravidão.

À questão da escravidão, Nabuco dedicou sua vida e sua ação na política. Seus escritos tinham por objetivo esclarecer a irracionalidade política e econômica representada pela permanência da escravidão, sensibilizar a nascente opinião pública do Império, ou ainda arregimentar o apoio da opinião internacional para a causa abolicionista e, por fim, da própria dinastia reinante. Para além disso, sua vasta obra conteria também um projeto pormenorizado de reformas necessárias para que o Brasil pudesse se construir como uma nação moderna. Ao procurar convencer os proprietários de que a adoção do trabalho livre era inclusive mais vantajosa para eles mesmos, Nabuco ia analisando, passo a passo, cada um dos problemas nacionais.

Nabuco compreendia a escravidão como sendo o "centro de todo o nosso organismo social",[18] e de um tipo de relação que se estabelecera em virtude do trabalho rural que desdobrou-se, tornando-se um "sistema territorial, caracterizado pelo monopólio da terra e pela clausura dos trabalhadores". A escravidão viabilizou ainda a constituição de uma população livre "miserável e dependente do mesmo grau que o escravo". Dessa maneira, de "sistema agrícola e territorial, tornou-se um regime social e estendeu o seu domínio por toda a parte".[19]

Joaquim Nabuco se recusava a entrar na celeuma, então vigente, de que não vigorava no Brasil o liberalismo político em sua plenitude. Limitava-se a constatar que existia no Império um modo particular de organização política, que impedia a vigência dos valores do liberalismo político. Isso ocorria porque os partidos ascendiam não em razão de uma opinião, mas por mercê da Coroa, e nessas circunstâncias as câmaras eram servis para com os gabinetes; na medida em que o imperador nomeava o gabinete e a este competia realizar as eleições que se processavam por um sistema indireto caracterizado pela vigência da fraude. Esta poderia ocorrer no momento da votação, na apuração dos votos ou por ocasião do reconhecimento dos diplomas. Advertia que diante disso era impossível analisar a realidade política do Brasil tomando-se por parâmetro os princípios do liberalismo.

Importava para Nabuco deter-se na especificidade da realidade brasileira porque dela decorria a impossibilidade de ser implantado no Brasil o liberalismo em sua plenitude. Nessas circunstâncias, afirmava que a questão central no Brasil era a escravidão e que dela decorriam todas as outras.

Identificado o principal obstáculo para que fosse possível o estabelecimento no Brasil de uma ordem liberal, Nabuco procurava por um lado indicar todos os desdobramentos advindos da presença da escravidão. Por outro lado, buscava apontar as transformações que considerava indispensáveis para que a ordem liberal pudesse ser implantada e advertia que com-

petia ao Estado propiciar essa transformação.

A escravidão era a responsável pela ausência de vínculo entre o homem e a terra. O subpovoamento do território também se relacionava à escravidão, pois devido ao caráter extensivo da lavoura tropical e ao fato de que ela absorvia a vida econômica do país, o território não ocupado pela grande lavoura permanecia despovoado. A escravidão era a responsável, também, por não haver vida urbana fora das capitais das províncias. Isso ocorria porque, estando o país reduzido às grandes propriedades cultivadas por escravos, pouco espaço existia para o surgimento de núcleos urbanos com atividades manufatureiras e mesmo mercantis.[20]

> As cidades, a que a presença dos governos provinciais não dá uma animação artificial, são por assim dizer mortas. Quase todas são decadentes. A capital centraliza todos os fornecimentos para o interior; é com o correspondente do Recife, da Bahia ou do Rio que o senhor de engenho e o fazendeiro se entendem, e assim o comércio dos outros municípios da província é nenhum.[21]

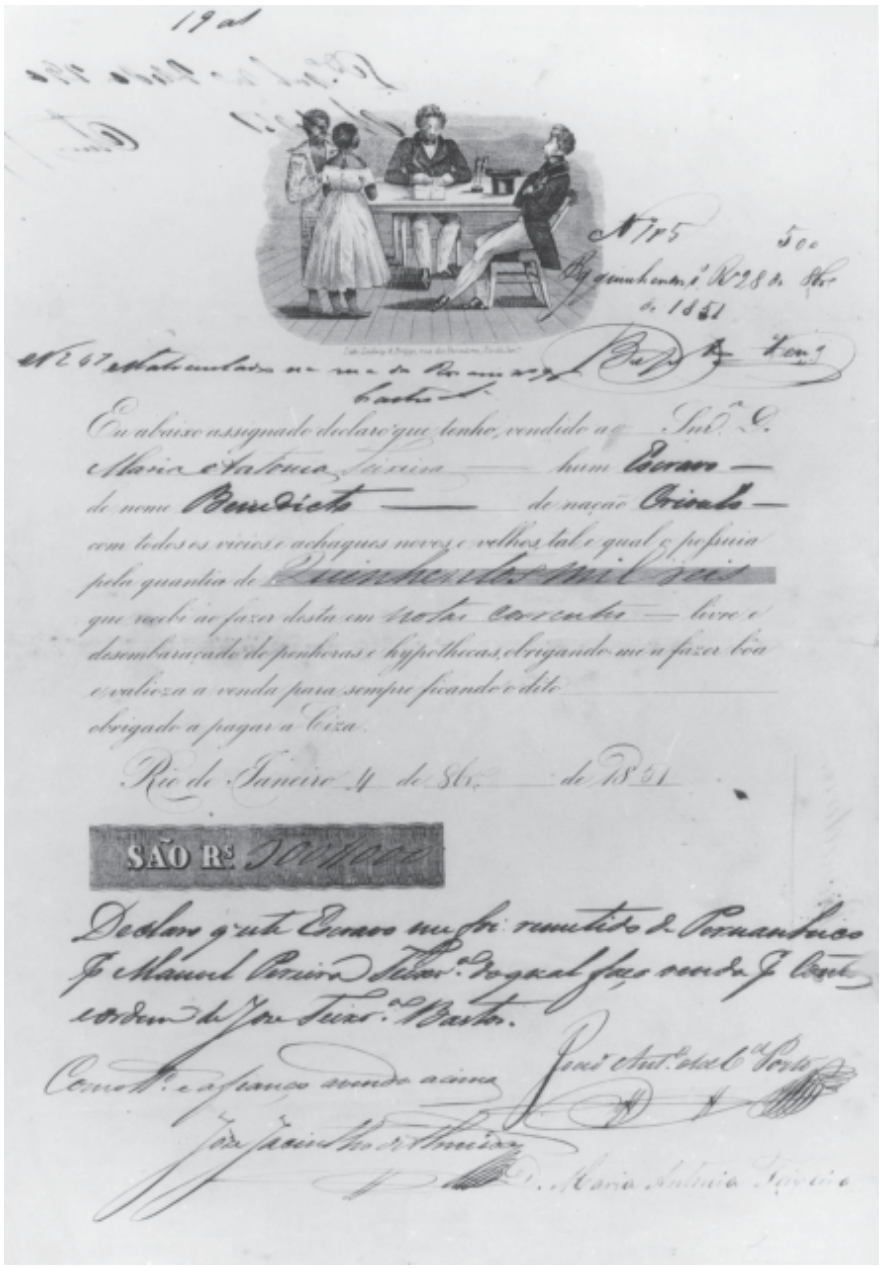
O baixíssimo nível de vida da população decorria do fato da terra se encontrar dividida em grandes latifúndios, e isso impedia que mesmos homens livres pudessem dispor de terras para produção. Para que fosse possível o acesso à terra, o homem livre necessitava do favor de um grande proprietário, tornando-se morador ou sitiante. A esse respeito afirmava Nabuco:

> Uma classe importante, cujo desenvolvimento se acha impedido pela escravidão, é a dos lavradores que não são proprietários e, em geral, dos moradores do campo ou do sertão. Já vimos a que se acha, infelizmente, reduzida essa classe, que forma a quase totalidade de nossa população. Sem independência de ordem alguma, vivendo ao azar do capricho alheio, as palavras da oração dominical – o pão nosso de cada dia nos dai hoje – têm para ela uma significação concreta e real.(...) trata-se de uma população sem meios, nem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como uma ocupação servil, sem ter onde vender os seus produtos, longe da região do salário – se existe esse Eldorado, em nosso país – e que por isso tem que resignar-se a viver e criar os filhos, nas condições de dependência e miséria em que se lhe consente vegetar.[22]

Diante disso, Nabuco procurava demonstrar que a escravidão além de tornar indigna a vida do negro, criava todas as condições para que fossem extremamente baixas as condições de vida da população. Sendo a lavoura no Brasil refratária ao trabalho livre, não restava outra saída para a população pobre, que não possuía terras nem recebia os favores de um grande senhor, a não ser migrar para as cidades, para viver em habitações paupérri-

mas, em condições próximas a dos animais. Caso recebessem o consentimento do grande proprietário para edificar suas choças e plantar para subsistência, isso implicaria se pôr à mercê do grande senhor, aviltando dessa maneira a liberdade de que dispunham.

Nabuco se recusava a entrar na celeuma, então vigente, sobre a apatia ou a tendência do homem pobre à ociosidade. Tornava essa questão inválida, uma vez que creditava a existência dessa vida de



Passaporte de trânsito concedido a escravo pela Polícia da Corte. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1849. Arquivo Nacional.

ócio à impossibilidade de se ter acesso à terra. A apatia, por sua vez, não era vista por Nabuco como tendo origem na natureza do homem, mas sim como sendo decorrência da situação a que estava exposto. Ao negar validade a essa argumentação, Joaquim Nabuco punha-se contra as propostas imigrantistas, pois defendia a tese de que não havia falta de braços e que, portanto, não era necessário buscar no imigrante os braços para a lavoura. Por outro lado, advertia que o projeto imigrantista era nocivo também ao imigrante, uma vez que este não viria para se tornar proprietário, mas para trabalhar na grande lavoura em substituição ao escravo.

A pouco e pouco Nabuco ia apontando novos desdobramentos produzidos pela escravidão. Negava a opinião vigente de que o Brasil era uma nação rica, pois afirmava que não se podia dizer isso de um país que tinha sua economia dependente da grande lavoura, a qual vivia solicitando favores ao Estado e necessitava de dinheiro fornecido mediante a usura que, por sua vez, a sufocava. O crédito agrícola concedido pelo Estado não era suficiente e, diante desse quadro, o grande proprietário rural se via na necessidade de tomar dinheiro das mãos de um grande comerciante. Impossibilitado, por vezes, de saldar sua dívida, terminava perdendo a propriedade. Essa situação tinha como conseqüência o Estado ser convocado a socorrer descendentes dos grandes proprietários empobrecidos. O socorro prestado pelo Estado resultava na hipertrofia do funcionalismo que passava a se constituir o abrigo para o sustento dos membros empobrecidos da classe dos proprietários de terras. A nação arcava, assim, com um ônus que se constituía em uma sobrecarga para a qual ela pouco se encontrava preparada.

Revelava-se, dessa maneira, o estado bastante frágil da própria aristocracia territorial. Por outro lado, esse funcionalismo podia ser visto como uma espécie de 'servo' do governo, o que favorecia o fortalecimento do Estado, tornando a sociedade extremamente débil. Essa fragilidade da sociedade era acentuada por uma série de outras questões, decorrentes todas da presença da escravidão. Sobre o Estado afirmava:

> (...) o que é o Estado entre nós, poder coletivo que representa apenas os interesses de uma pequena minoria e, por isso, envolve-se e intervém em tudo o que é da esfera individual, como a proteção à indústria, o emprego da reserva particular, e, por outro lado, abstém-se de tudo o que é da sua esfera, como a proteção à vida e segurança individual, a garantia da liberdade dos contratos...[23]

Nessas circunstâncias, escravidão e regime territorial escravista constituíam-se o núcleo dos obstáculos para a construção de um país moderno. A indústria não podia se estabelecer e se desenvolver, o mercado de trabalho livre era insignificante, o mercado interno era incipiente e comercializavam-se produtos originários

do estrangeiro. A pequena e a média propriedade não existiam. O Estado ao proteger os interesses privados descuidava-se, por sua vez, das questões essenciais ao desenvolvimento nacional, tais como educação, saúde e previdência. O analfabetismo era alto, impedindo a existência de uma imprensa forte e atuante, e a opinião pública era reduzida e desarticulada. Enfim, o cenário era trágico se tomarmos como parâmetro os princípios que caracterizam a modernidade: liberdade civil e política, integração social e econômica, mercado interno forte etc. No tocante à questão educacional, advertia Nabuco:

> Entre as forças em torno de cujo centro de ação o escravagismo fez o vácuo, por lhe serem contrárias, forças de progresso e transformação, está notavelmente a imprensa, não só o jornal, mas também o livro, tudo que diz respeito à educação (...). Mas para fazer o vácuo em torno do jornal e do livro, e de tudo o que pudesse amadurecer antes do tempo a consciência abolicionista, a escravidão por instituto procedeu repelindo a escola, a instrução pública, e mantendo o país na ignorância e escravidão, que é o meio em que ela pode prosperar. A senzala e a escola são pólos que se repelem.[24]

Nos discursos feitos por ocasião da campanha eleitoral de 1884, Joaquim Nabuco pôde demonstrar a um público ampliado cada um dos problemas que impediam o Brasil de se constituir como um país capaz de se dirigir para atividades industriais e criar os meios necessários ao desenvolvimento educacional e cultural. Procurava elucidar que seu objetivo era libertar o escravo para emancipar a nação, sendo seu projeto nacional e global. Nesse sentido, afirmava que "a liberdade sem o trabalho não pode salvar este país da bancarrota social da escravidão, nem tampouco merece o nome de liberdade: é a escravidão da miséria".[25]

A reforma que considerava essencial era a agrária. Lutava assim por uma "lei de abolição que seja também uma lei agrária".[26]

> É tempo de cessar esse duplo escândalo de um país nas mãos de alguns proprietários – que nem cultivam suas terras, nem consentem que outros as cultivem, que esterilizam e inutilizam a extensão e a fertilidade de nosso território – e de uma população inteira reduzida à falta de independência que vemos.[27]

A reforma agrária seria apenas a primeira das reformas. Outras se faziam necessárias para que o trabalho fosse garantido e valorizado. Citava, dessa forma, os artesãos e os operários, pois para ele "somente o trabalho manual dá força, vida, dignidade a um povo, e a escravidão inspirou ao nosso um horror invencível por toda e qualquer espécie de trabalho em que ela algum dia empregou escravos".[28] Esse estado de coisas só podia ser superado com a implementação de medidas capazes de propiciar a criação de indús-

trias, a liberdade e a proteção ao trabalho e o direito do operário ao voto.

Todo esse conjunto se encontrava dependente da adoção do binômio 'educação e previdência'. Era necessário que houvesse um redirecionamento da política educacional, de modo a torná-la mais voltada para a ciência, em detrimento da educação bacharelesca e elitista. Seria preciso ainda que se criasse um sistema previdenciário forte e eficaz que viabilizasse o amparo à velhice e à família. Por fim, uma legislação trabalhista que garantisse os direitos do trabalhador: salário, jornada, segurança. Não descuidava Joaquim Nabuco de advertir sobre a necessidade dos trabalhadores se organizarem, porque frisava que dependia dos próprios trabalhadores a sua emancipação. Nesse momento, o liberal admirador do modelo inglês, o aristocrata, distanciava-se de suas convicções e adotava um discurso abertamente revolucionário. Referindo-se aos artesãos afirmava:

> (...) vós sois a grande força do futuro; é preciso que tenhais consciência disso, e também de que o meio para desenvolver a vossa força é somente a associação. Para aprender, para deliberar, para subir é preciso que vos associais. Fora da associação não tendes que ter esperança.[29]

Nabuco assistiu à chegada da abolição e às discussões posteriores acerca dos direitos que possuíam os senhores de escravos de serem indenizados pelo Estado. Assistiu às lutas entre os deputados que integravam o Partido Liberal reivindicando as glórias pela lei de abolição e protestando pelo fato da referida lei ter sido promulgada por um gabinete conservador. Assistiu, por fim, à queda da Monarquia e à Proclamação da República. Não conseguiu ver implantadas, no entanto, o conjunto de reformas que representariam uma verdadeira revolução.

Conclusões

Joaquim Nabuco produziu o diagnóstico mais completo e profundo da realidade brasileira da segunda metade do século XIX. Os pensadores que se propunham a analisar as dificuldades do Brasil para se construir como uma nação moderna, apontavam soluções destinadas a introduzir modificações na estrutura política e administrativa. Assim, questionava-se a vigência do poder moderador, o processo eleitoral, a maneira como ocorriam as relações entre o Legislativo e o Executivo. Deve-se a Nabuco a introdução de um modo inteiramente novo de se analisar o Brasil da segunda metade do século XIX.

Recusando-se a discutir os problemas que impossibilitavam o Brasil de se constituir como um país onde vigorasse plenamente o liberalismo, Joaquim Nabuco optou por produzir uma obra em que procurava demonstrar as razões pelas quais os valores do liberalismo não podiam ser implantados de modo absoluto no Brasil. Destacava que não estava no sistema político os verdadeiros problemas nacionais, mas sim na fragilidade da sociedade, decorrência da vigência da escravidão.

A escravidão era o 'calcanhar de Aquiles' do Império brasileiro e a sua permanência obstaculizava a construção de uma sociedade permeável aos princípios do liberalismo. Introduzia Joaquim Nabuco um olhar novo sobre os problemas políticos brasileiros. Mais que isso, terminaria por elaborar uma teorização acerca da sociedade brasileira destacando ser a escravidão o núcleo originário de todos os impedimentos a dificultar, sobremaneira, a construção de uma nação moderna.

Além de indicar um modo novo de se analisar o Brasil, Nabuco não se limitou a apontar os problemas, mas tratou de elaborar um amplo projeto de mudanças que implicava a realização de uma verdadeira revolução na sociedade e no Estado brasileiros da segunda metade do século XIX. Enquanto pensador político, preocupado em analisar os impasses existentes em seu país, Nabuco pode ser considerado, sem dúvida, aquele que produziu a mais completa obra política sobre o Brasil do século XIX. Elaborou, por outro lado, um projeto de uma magnitude ímpar para o país, que se tivesse sido posto em prática possibilitaria o Brasil ter entrado no século XX munido dos instrumentos necessários a ser, efetivamente, uma nação moderna.

N O T A S

1. A esse respeito ver Karl Mannheim, "O problema da intelligentsia: um estudo de seu papel no passado e no presente", em *Sociologia da Cultura*, São Paulo, Perspectiva, 1974.
2. Cf. Joaquim Nabuco, *Minha formação*, 10ª ed., Brasília, UnB, 1981, p. 129.
3. Idem, ibidem, p. 131.
4. Idem, ibidem, p. 28.
5. Idem, ibidem, p. 28.
6. Cf. Joaquim Nabuco, *A escravidão*, apresentação e organização de Leonardo Dantas Silva, Recife, Fundaj/Editora Massangana, 1988, p. 29.
7. Idem, ibidem.
8. A posição da Igreja na América portuguesa a respeito da escravidão dos negros foi analisada por Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão*: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial, Petrópolis, Vozes, 1986.
9. Joaquim Nabuco, *A escravidão*, op. cit., p. 36.
10. Idem, ibidem, p. 76.
11. Idem, ibidem, p. 76.
12. Cf., por exemplo, os trabalhos de Eric Williams, *Capitalism & slavery*, Nova Iorque, 1961; e Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, 4ª ed., São Paulo, Hucitec, 1986.
13. Cf. Joaquim Nabuco, *Minha formação*, op. cit., p. 41.
14. Cf. Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*, 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1988.

15. Idem, ibidem, p. 27.
16. A esse respeito cf. Louis Dumond, *O individualismo*: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna, Rio de Janeiro, Rocco, 1985. Ainda do mesmo autor: *Homo hierarchicus*, Chicago, The University of Chicago Press, 1970.
17. Ver sobre a sociedade colonial a belíssima obra de Gilberto Freire, *Casa grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, 25ª ed., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1987.
18. Cf. Joaquim Nabuco, *Campanha abolicionista no Recife*: eleições de 1884, 1ª ed., Recife, Fundaj/Editora Massangana, 1988.
19. Idem, ibidem, pp. 30-31.
20. As questões referentes ao papel das cidades foram tratadas por mim em *Os impasses da cidadania na transição da Monarquia para a República no Brasil*, tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH/USP, 1992.
21. Cf. Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*, op. cit., p. 113.
22. Idem, ibidem, pp. 127-128.
23. Idem, ibidem, p. 148.
24. Idem, ibidem, p. 137.
25. Idem, ibidem, p. 55.
26. Idem, ibidem, p. 48.
27. Idem, ibidem, p. 48.
28. Idem, ibidem, pp. 141-142.
29. Idem, *Campanha abolicionista no Recife*, op. cit., pp. 146-147.

A B S T R A C T

This essay intends to present the interpretations developed by Joaquim Nabuco concerning Brazilian social and political life in the end of the XIX century. At the same time the work emphasizes one particular aspect, i. e., that his analysis was in opposition to the current way Brazil was normally described, and in this sense Nabuco proposed a global project of reform of the Brazilian State and the society. We tried, as well, to point out the originality and the comprehensive features of his diagnosis.

R É S U M É

Dans ce travail nous essayons de présenter les interprétations faites par Joaquim Nabuco à propos de la vie politique et sociale du Brésil dans les dernières annés du XIXème siècle. Il est important de remarquer que son analyse s'oppose nettement à la façon par laquelle le Brésil était analysé et décrit jusqu'à cette époque. Dans ces conditions Nabuco a pu élaborer un projet complet de réforme de la societé et de l'État au Brésil. En même temps le travail cherche à montrer l'originalité et la nature globale du diagnostic fait par Nabuco.